



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI 377/22

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 377/22, que "Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia", de autoria dos vereadores Gabriel, Álvaro Damião, Irlan Melo, Jorge Santos, Léo, Marilda Portela, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente da Câmara, compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno, sobre:

a) - a) aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13.09.2022
HORA. 16:34:40



FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de Lei altera para via de caráter misto a classificação quanto à permissividade de usos de toda a extensão da Rua Medusa, localizada no Bairro Santa Lúcia.

Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental da proposta.

DA CONSTITUCIONALIDADE

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de lei de acordo com os princípios e preceitos constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

O projeto de Lei versa sobre assunto de interesse local, de competência municipal conforme dispõe o art. 30, I, da Constituição da República:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;".

Em relação a esta comissão, não tendo observado qualquer óbice técnico ao projeto apresentado, manifesto pela constitucionalidade do mesmo.

DA LEGALIDADE

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as leis, legitimando os atos da administração pública.

No tocante ao Projeto de Lei, ressalta-se que a proposição se encontra em concordância com o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor no Município de Belo Horizonte, vez que o COMPUR não apresentou parecer contrário a alteração da permissividade da Rua Medusa quando questionado em pedido de diligência feito por esta comissão.

"Art. 83 - O COMPUR é o Órgão municipal colegiado responsável pela discussão pública de matérias de política urbana e tem as seguintes atribuições:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

(...)

V - promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação;"

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade do projeto de Lei 377/2022.

DA REGIMENTALIDADE

No que tange à regimentalidade do Projeto de Lei verifico que o mesmo foi instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 377/2022.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

RUBEM
RODRIGUES DE
OLIVEIRA
JUNIOR:0315032
6699

Assinado de forma
digital por RUBEM
RODRIGUES DE
OLIVEIRA
JUNIOR:03150326699
Dados: 2022.09.13
16:35:28 -03'00'

VEREADOR RUBÃO

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	13/09/2022 19:41:58 UTC
Versão do software	2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer jurídico PL 377- 22.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	44364408ab41608e768984c0002d6980dbae0b3cb8e4b092afb3908668908864
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:*503266**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Modo escuro ☐



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 419/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 419/2022 de autoria do nobre Vereador Wesley, que ***“Altera a Lei Municipal nº 8.291, de 29 de dezembro de 2001, e dá outras providências”***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 12 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 419/2022 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 419/2022 alvo deste parecer, tem como objetivo apenas ***adequar*** a Lei Municipal nº 8.291/01 que trata das hipóteses de isenção de IPTU à recente alteração Constitucional que passou a estender a isenção do referido imposto aos templos religiosos que funcionem em espaços alugados.

Assim, o PL não cria nova hipótese de isenção, apenas busca promover a equivalência entre o estabelecido pela Constituição Federal e a Lei Municipal.



Em suma, o autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Conforme supramencionado, a proposta em tela demonstra como o legislador, preocupado em solucionar a dúvida a respeito da extensão da não incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU sobre Imóveis em que a entidade religiosa seja apenas locatário, optou pelo seu acréscimo a Constituição, e assim evitando interpretações diversas sobre a previsão.

Ou seja, a previsão ora alterada por este projeto de lei, busca adequar a legislação municipal à emenda constitucional nº 116, uma vez que em sua redação original deixa tacitamente a abrangência da isenção do imposto aos templos com atividades em locais locados.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 419/2022.



Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas



disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 419/2022, primeiramente sob o foco da *iniciativa* para elaboração do mesmo.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

No dia 17 de fevereiro do ano corrente, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 116 de 2002, que incluiu o “§ 1º-A” no inciso I do art. 156 da Constituição Federal. Através desse dispositivo, as instituições religiosas ficaram isentas da cobrança de IPTU ainda que estejam em imóveis alugados:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea “b” do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.



Assim, depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

§ 1º - O Município se sujeita às limitações ao poder de tributar de que trata o art. 150 da Constituição da República.

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.



O objeto do Projeto também não está incluído nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, **não se presume e nem comporta interpretação ampliativa**, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva previstas nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Na Constituição Federal encontram-se elencados em rol taxativo, os casos de iniciativa exclusiva do Presidente da República e tendo-se em vista o princípio da simetria, o mesmo deve ser observado pelos Estados e os Municípios ao sujeitarem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.



Temos assim que o Projeto não cria atribuições, funções nem impõe quaisquer obrigações aos outros poderes, em observância às determinações constitucionais:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Ainda no que tange à análise material, o Projeto está em concordância com os princípios e ditames da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por



estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 419/2022.

1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do tema objeto do PL 419/22, **verifica-se que há observância às normas de regência da matéria**, em especial à Lei Federal nº 5.172/66, que “*Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios*” evidenciando assim seu caráter jurídico.

No que tange à legalidade estrita, cumpre mencionar que o PL 419/22 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH e ainda confirma as seguintes disposições do citado diploma:

Art. 115 - Ao Município compete instituir:



I - impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

Dentro da análise da legalidade, temos outro aspecto que deve ser considerado. A lei também deve apresentar **caráter inovador**, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico ao propor alterações à Lei existente no ordenamento jurídico municipal.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 419/2022.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 419/2022 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 419/2022.



2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto *são pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade* do Projeto de Lei nº 419/2022.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2022.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:023
77068731

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTIMultipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2022.09.14 15:35:21 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura , em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação	14/09/2022 19:04:13 UTC
Versão do software	2.9-116-g0696ee4

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer - PL 419-22 - 1º Turno - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	7556929924e1bf7cf6803fa514378ce7355549e554d3402179bf5251e38eebd5
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:***770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	September 14, 2022 at 6:35:21 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 114/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 114/21, que “Dispõe sobre medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes de doenças contagiosas e dá outras providências”, de autoria da vereadora Marcela Trópia, foi aprovado pelo Plenário com as emendas nºs 1, 2, 6, 7 e 8, tendo sido rejeitados, em votação destacada, os incisos II, VI, VIII e XII do art. 2º da proposição, e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Cabe destacar que foram excluídos do art. 2º do texto original da proposição os incisos II, VI, VIII e XII, rejeitados em votação destacada, o que acarretou a renumeração dos incisos subsequentes.

Além disso, devido à aprovação de emendas, foram promovidos os seguintes ajustes no texto do projeto de lei:

- foi dada nova redação ao *caput* do art. 2º devido à aprovação da Emenda nº 1;
- foi dada nova redação ao inciso I do *caput* do art. 2º devido à aprovação da Emenda nº 6;
- foi dada nova redação ao inciso III do texto original do *caput* do art. 2º, renumerado como inciso II nesta redação final, devido à aprovação da Emenda nº 7;
- foi dada nova redação ao inciso IV do texto original do *caput* do art. 2º, renumerado como inciso III nesta redação final, devido à aprovação da Emenda nº 8;

CMH DIRLEG-16/set/22-12:50:17-007517-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

- foi inserido um inciso XII ao *caput* do art. 2º devido à aprovação da Emenda nº 2.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 114/21.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22

RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 114/21

Dispõe sobre medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de doença contagiosa.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Esta lei estabelece medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de doença contagiosa no Município.

Art. 2º - Para os fins desta lei, o Poder Executivo deverá divulgar, no *site* oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, em seção destinada exclusivamente a esse fim, os seguintes dados e informações de interesse público referentes à doença contagiosa:

I - boletim epidemiológico e assistencial, atualizado periodicamente, contendo o número de casos suspeitos, confirmados e recuperados da doença, desagregado por regiões, distritos e bairros do Município;

II - quantidade, atualizada periodicamente, de insumos da área da Saúde (equipamentos de proteção individual - EPIs, ventiladores mecânicos, no caso de doença contagiosa que gere insuficiência respiratória, e outros que sejam necessários) em estoque e em processo de aquisição para a rede pública municipal de saúde;

III - nota informativa contendo lista, atualizada periodicamente, da rede de laboratórios e hospitais autorizados a realizar testes para o diagnóstico da doença, bem como a quantidade e os resultados dos testes realizados;

IV - nota informativa contendo a quantidade de testes adquiridos, realizados e os respectivos resultados, bem como de testes em estoque e em processo de aquisição pela rede pública municipal de saúde;

V - nota informativa contendo a quantidade de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI - ocupados em relação ao total disponível no Município, com distinção entre exclusivos para tratamento da doença contagiosa e não exclusivos;

VI - informes e boletins que descrevam os protocolos sanitários definidos para atividades e estabelecimentos autorizados a funcionar no Município;

VII - orientações oficiais, em prática e substituídas, sobre medidas de prevenção recomendadas e protocolos de tratamento de saúde adotados pelas autoridades do Sistema Único de Saúde - SUS;



VIII - informes sobre campanha de vacinação na cidade, contendo dados detalhados de planejamento, execução, evolução e prestação de contas das ações implementadas;

IX - cartilhas educativas, recomendações e boas práticas internacionais;

X - plataforma específica, de uso fácil, amplo e acessível, para divulgar, em tempo real, as informações relativas a contratações emergenciais relacionadas à doença contagiosa, contendo nome do contratado, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, objeto, valor, processo de compra, datas de início e fim e órgão contratante;

XI - relatório periódico de prestação de contas sobre ações de enfrentamento à doença contagiosa, contendo detalhamento dos recursos recebidos e dos gastos realizados;

XII - lista de todas as leis, decretos ou portarias em vigor relacionadas à situação de emergência ou ao estado de calamidade pública decorrentes de doença contagiosa.

§ 1º - As informações previstas neste artigo deverão ser disponibilizadas sob a forma de dados abertos e em linguagem simples, por meio da rede mundial de computadores - *internet*.

§ 2º - Os dados de que trata este artigo deverão ser divulgados de acordo com os preceitos éticos e os procedimentos previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

§ 3º - As informações ou documentos relativos a qualquer receita ou despesa que tenha como justificativa o combate a doença endêmica não podem ser objeto de restrição de acesso, sob pena de responsabilização administrativa do gestor, na forma da lei.

Art. 3º - Poderá ser criado o Comitê de Fiscalização e Transparência para garantir o acesso à informação e aos dados abertos durante situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de doença contagiosa, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo único - O comitê de que trata este artigo será composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, com competência para ampliar o rol de informações e dados elencados no art. 2º desta lei, entre outras atribuições definidas na forma de regulamento.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 227/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 227/21, que “Dispõe sobre a política de estímulo ao brincar na infância e institui a semana mundial do brincar de Belo Horizonte”, de autoria da vereadora Duda Salabert, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre elas, cabe destacar a reformulação da ementa para torná-la mais condizente com a organização sequencial dos dispositivos do presente projeto de lei.

Essas alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 227/21.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22


RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/set/22-12:50:49-007518-1



PROJETO DE LEI Nº 227/21

Institui a Semana Mundial do Brincar em Belo Horizonte e dispõe sobre a política de estímulo ao brincar na infância.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Mundial do Brincar em Belo Horizonte.

Parágrafo único - A data a que se refere este artigo será comemorada na última semana do mês de maio, integrando-se às comemorações do Dia Mundial do Brincar, em 28 de maio, data instituída pela *International Toy Library Association*.

Art. 2º - A semana a que se refere esta lei tem por objetivo:

I - valorizar o brincar na vida da criança;

II - reconhecer a ludicidade como componente da cultura e da infância;

III - resgatar brincadeiras tradicionais como forma de se preservar e recriar o patrimônio lúdico da sociedade;

IV - promover o encontro intercultural e intergeracional em torno das brincadeiras, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003;

V - cumprir o disposto no art. 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, reforçando que o brincar é um direito de toda criança;

VI - estimular e apoiar o reconhecimento do brincar ao longo da vida;

VII - combater o sedentarismo, a obesidade e outras doenças relacionadas, fomentando o hábito do exercício físico;

VIII - aproximar a natureza da vivência da criança, contribuindo para o seu bem-estar e para a conscientização sobre a preservação ambiental.

Art. 3º - São diretrizes da política de estímulo ao brincar como promoção do desenvolvimento da criança:

I - a ampliação dos espaços e programas de lazer e de recreação, prioritariamente nas áreas de maior vulnerabilidade social;

II - a participação da criança, da comunidade, da família e de educadores na formulação do conteúdo programático das atividades do brincar a serem realizadas de forma permanente e contínua;

III - a organização de ações do brincar na rede de ensino municipal, bem como em espaços públicos, como praças e parques arborizados, entendendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

importância de se promover o contato com a natureza, o combate ao sedentarismo e uma relação saudável com os espaços públicos;

IV - a oferta ampla de informações sobre o significado do brincar para a infância e para o desenvolvimento da criança, disseminando a ideia de que o brincar no ambiente familiar desenvolve vínculos saudáveis e seguros que se ampliam ao longo da vida, bem como o convívio e interações importantes entre todas as idades.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 397/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 397/22, que “Institui o Dia Municipal dos Grupos de Jovens Cristãos de Belo Horizonte”, de autoria dos vereadores Jorge Santos, Álvaro Damião, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Gabriel, Irlan Melo, Léo, da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 397/22.

Belo Horizonte, 13 / 09 / 22

RELATOR

CHBH_DIRLEG-13/set/22-13:35:24-007467-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 397/22

Institui o Dia Municipal dos Grupos de Jovens Cristãos de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal dos Grupos de Jovens Cristãos de Belo Horizonte, a ser celebrado, anualmente, no segundo sábado do mês de janeiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 / 09 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 417/22

Relatório

O Projeto de Resolução nº 417/22, que “Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2008”, de autoria da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

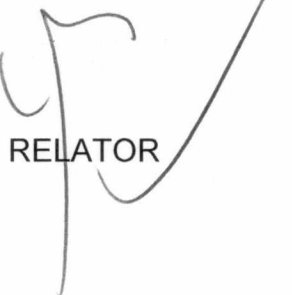
Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais e à técnica legislativa, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 417/22.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22


RELATOR

CMH DIRLEG-16/set/22-12:51:29-007519-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 417/22

Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2008.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2008.

Art. 2º - Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do Município de Belo Horizonte do exercício financeiro de 2008.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 09 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI N. 422/2022

TURNO ÚNICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Proponho que o Projeto de Lei n. 422/2022 de autoria do Vereador Braulio Lara seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer informando se existe impedimento à pretendida nomeação da Praça Quatro Mil Novecentos e Setenta e Seis, código 313806, conforme planta CP273020M, no Bairro Buritis, para “Praça Santa Clara de Assis”, nos termos da Lei n. 9.691/2009.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.19 11:04:29 -03'00'

NOVO

PRC. OCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 19/09/22
HORA: 11:06:35

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura , em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/09/2022 14:17:48 UTC
Versão do software 2.9-116-g0696ee4

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Diligência PL 422-2022 - nome de praça sem nome.pdf
Resumo SHA256 do arquivo f8ffbc1206b5bb18030ba3f49b06adf6662eb63f9a8e2d51e34f1319f4d0bdba
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1
Quantidade de assinaturas ancoradas 1

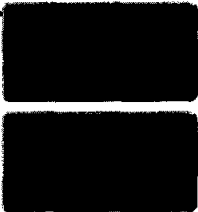
▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura September 19, 2022 at 2:04:29 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação



Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI N. 424/2022

TURNO ÚNICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Proponho que o Projeto de Lei n. 424/2022 de autoria do Vereador Bráulio Lara seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer informando se existe impedimento à pretendida nomeação da Via de Pedestre Setenta e Oito, conforme planta CP273002M, no Bairro Buritis, que interliga as ruas Professor Miguel Souza e Av. Protássio de Oliveira Penna, para “Via de Pedestre Margaret Thatcher”, nos termos da Lei n. 9.691/2009.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.19 11:03:58 -03'00'

NOVO

PRC OCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 19/09/22
HORA. 11:07:09

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura , em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/09/2022 14:18:41 UTC
Versão do software 2.9-116-g0696ee4

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Diligência PL 424-2022 - nome de via sem nome.pdf
Resumo SHA256 do arquivo b80e247c6bddc7ebf021543e075d00afc1387e9b5a00e932778adfd5a1fa4ed2
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1
Quantidade de assinaturas ancoradas 1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura September 19, 2022 at 2:03:58 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Modo escuro ☐